

Adolfo Casais Monteiro

OBRAS COMPLETAS

MELANCOLIA DO PROGRESSO

Prefácio de JOSÉ-AUGUSTO FRANÇA

Imprensa Nacional - Casa da Moeda

**BIBLIOTECA
DE AUTORES
PORTUGUESES**

NA MELANCOLIA DO PROGRESSO

Exilando-se em 1954 no Brasil, Adolfo Casais Monteiro continuou na imprensa local uma colaboração que desde há muito, 1927 ou 1928, tinha dado a jornais e revistas portuguesas na Presença, como referência mais aparentemente significativa, em termos de história da cultura), e que, então, deixou ou deixara de dar, em vista das circunstâncias de ordem política do seu país, que, somadas a outras, de ordem pessoal, o levaram a partir, aos 46 anos de idade.

Cerca de 1970 (faleceria em 1972), e tendo publicado em São Paulo oito volumes de ensaios e feito reunir em Portugal, em 1969, um volume de Poesia Completa (com obras escritas entre 1954 e 1969, já no Brasil), Casais Monteiro pensou em coligir um certo número de artigos — «passíveis de integrar um livro que poderia chamar-se 'Melancolia do Progresso'». Assim escreveu o autor numa nota manuscrita encontrada numa pasta, junta a 53 textos dactilografados em cópia de papel químico (45) ou recortados de jornais diversos (8). Só alguns dos textos têm datas e identificação bibliográfica, anotadas pelo autor, o que, por seu lado, os recortes (mas não todos) mais directamente oferecem, só sendo possível situar três deles em pesquisas de biblioteca, que no Brasil não puderam ser feitas. A qualidade do papel químico utilizado permitiu também datar muitos dos textos nos anos 50 que correspondem à presença do autor no Brasil, em São Paulo, no Rio, na Bahia, em Araraquara, em cujas universidades teve sucessivos contratos de docência. Também a temática de outros textos, ou referências internas, levaram a situá-los aproximadamente (e relativamente) no tempo.

Com estes elementos filológicos, e respeitando o título sugerido pelo autor (com a obrigação lógica de abrir o volume com o texto assim intitulado), foi possível estabelecer criticamente uma sequência, ou três sequências, de textos. É ela da responsabilidade do Prof. João Paulo Monteiro, filho do autor e seu companheiro no Brasil, e, com três ou quatro diferenças de arrumação logo aceites, pareceu plausível ao prefaciador — não sem que um e outro, concordando em arredar uma seriação cronológica sempre duvidosa e falha de sentido, admitam outros arranjos dos textos e consequentes permutas. Uma opção, porém, teve que ser feita, que a seguir se vai explicando. Sem esquecer que se trata de artigos de jornal, com seus limites funcionais de redacção.

O texto inicial, determinante do título geral do volume, não aparece datado nem datável com indiscutível rigor, dado que não há recorte de jornal de sua publicação; meados de anos 50 parece provável, e já produzido no Brasil. Ele dá razão à sugestão do autor pelo tema que aborda e que, em larga medida, oferece sentido aos textos todos. Se, como logo se vê, eles só tangencialmente se referem a literatura, como outros textos em outros livros do autor, aqui trata-se sempre de ética e de humanismo, em sua consequência. Assim respondem eles a preocupações profundas de quem os escreveu — que eram as preocupações maiores dos intelectuais «de esquerda» do seu tempo, antes da guerra de 1939 e depois da paz de 1945, mesmo que eles nos pareçam hoje, volvido o século, datés. Por nosso mal, talvez, trinta anos após a desaparecimento de Adolfo Casais Monteiro...

Assinale-se ainda que sete dos textos (e parece escusado dizer quais) estão incluídos num outro título geral de «Figuras e proble-

mas do nosso tempo», série aparecida n'O Estado de São Paulo; em alguns deles está indicada a existência de «outra cópia na pasta 'Melancolia do Progresso'». De qualquer modo, o outro título foi (quase sempre) riscado pelo autor nos originais encontrados, e o livro correspondente não teve adiantamento de projecto editorial.

Um texto inicialmente previsto, «Moeda falsa», foi excluído por estar incompleto no recorte não identificado, reduzindo-se assim a cinquenta e dois os artigos recolhidos, dois de 1928-1929, três de 1930-1932, nove dos anos 40, vinte e dois dos anos 50 (quase todos d 'O Estado de São Paulo e comportando três folhas dactilografadas, por contrato), quatro dos anos 60 e doze de data mais duvidosa, como o primeiro — mas atribuíveis, com pequena margem de erro, aos anos 50 também. Arredada a seriação cronológica, as datas dos artigos recolhidos misturam-se, em obediência ao critério temático preferido. E este impõe três secções no volume, sendo a primeira, variada, de assuntos de cultura, em suas posições e relações que podem assumir algum historicismo. Esta cultura, ocidentalmente considerada, faz jus a um dos textos mais antigos da colecta, datado de Abril de 1929, em que se interroga a «decadência do Ocidente», e na mesma secção cabem dois artigos de «problemas culturais», tratando das «relações da literatura com a filosofia», de data aproximada, entre 1927 e Fevereiro de 1929. No primeiro caso, o recorte é do jornal República, publicado no Porto, sob direcção de Eduardo Salgueiro, e com curta vida; no segundo, os dois recortes são de Porto Académico, órgão da Associação Académica do Porto (onde o autor preparava então a sua licenciatura em História e Filosofia), jornal de

vida atribulada, em várias séries, e cujos números não existem na Biblioteca Nacional (como também não o número de República em questão), sendo a datação proposta deduzida do grafismo das folbas apresentadas. São minúcias editoriais só de alguma importância por se tratar dos textos primeiros da selecção, marcando o pensamento, e a sua formulação, de um jovem poeta empenhado em reflexões de ordem filosófica, e que, por essa altura, começava também a publicar na Presença textos que preferiu deixar em reserva para outra edição. Os artigos de 1930 e 1932, insertos no efémero jornal portuense Princípio (que não existe na Biblioteca Nacional), que dirigiu ele próprio, com o seu colega de estudos Álvaro Ribeiro, e no semanário Liberdade, de Lisboa, de propósitos polémicos anticlericais, abafados pela «Situação» política que se instalava, acertam-se nas segunda e terceira partes do volume.

Tratam elas, de modo geral, de relações do intelectual com a vida e com a sociedade, com textos de anos 40 (um só), 50 e 60 (um só também), doze, ao todo, e de problemas de ensino, comportando, além dos dois artigos de 1930, catorze de anos 50, um, final e particular porque trata de uma homenagem ao pedagogo brasileiro Anísio Teixeira, e o penúltimo texto (na arrumação proposta) trata de «educação musical», por excepção — e, com a assinatura do autor, indica-se, politicamente, que ele faz parte do Grupo Renovação Democrática, que, no início dos anos 30, procurou opor-se aos militares da ditadura. Assim se situava, em fins de 1932, o jovem Adolfo Casais Monteiro, já então co-director da Presença, com colegas seus, vindos do ensino de Leonardo Coimbra na Universidade do Porto.

Encadeando, em cada parte, textos distantes no tempo medido em mais de trinta anos de carreira, pode auscultar-se o encaminhamento do pensamento do autor, não a sua evolução, conceito a entender com prudência crítica, exigível neste caso em que uma unidade de propósitos cedo se apresenta evidente, e não só nos textos mais abundantes dos anos 50 de maturidade. Compará-los com os anteriores leva a constatar essa mesma unidade — a certa altura reclamada, como veremos, na «Nota prévia» ao artigo «O intelectual e a vida», de 1930 (em Princípio), sendo a «Nota» de dez anos depois, conforme as referências internas do texto.

*

Deixemos de momento o primeiro texto, donde o título do volume, e passemos ao segundo, «O homem mutilado». Uma nota manuscrita refere outro artigo, não presente: «A grande abdicação»; e outra, apensa, também do punho do autor, diz: «Para desenvolver. Talvez possa servir de introdução a outros artigos sobre as falsificações contemporâneas» — o que, aliás, seria outro excelente título... É «mutilado» o homem que há muito procurara um «equilíbrio» entre «ideal» e «real», ou alma e matéria (que o progresso assegura, digamos), não vendo que o importante, o que merece «primazia», é a «salvação da vida», sem alma a salvar nem revolução da «orgânica social». «Duas forças reaccionárias»? O autor pega em palavras de Benjamin Péret, notável poeta surrealista e trotskista, antes de, na segunda parte do texto (que era inicialmente outro, intitulado «Uma filosofia da vida»),

dessa filosofia se preocupar — ou mais da «vida» que da «filosofia» que deve ou deva residir no «reconhecer o atraso do homem em relação a si próprio», na esperança do que ele «poderá ser», no sentido hegeliano e marxista, para uma unidade que exclua a mentira para consigo próprio, que o divide entre ideal e real. Uma unidade que o «amor» integra — se a sua entrada no discurso leva ao seu sentido talvez mais desejado, a darmos crédito ao seu surrealismo latente. Assim não haveria «mutilação» nem «abdicação» do homem.

E este segundo texto revela-se como fundamental, ou «chave», na coerência do discurso global. Aventureiro, militante ou burocrata pode então parecer o homem, em conceitos que se definem numa linha que vai de Malraux a Sartre, não citados mas presentes nestes anos 50 muito prováveis, do texto que insiste numa «reconciliação... com nós próprios». Uma crença? «O poeta nunca será um céptico», diz o autor, a seguir. Inocente, sim, no «natural» perdido. E desesperado: daí a citação de Kierkegaard, como sombra pairante sobre o dito texto. Os outros desta primeira parte do volume vão falando de crises — do «facto» (em que se põe em causa o progresso oitocentista ou positivista), das «condições» condicionantes e fatais (em que se põe em causa o marxismo e, um tanto paradoxalmente, a liberdade do homem), da própria «crise», como desculpa que se objectiva e não como falta que responsabilize o homem em sua «grande falência». Daí que a «Lição do passado» deva ser considerada como justificação de «uma incapacidade de encarar o presente como presente, isto é, como realidade que não é repetição de nada». De novo o homem se apresenta como responsável pela

sua própria salvação, em harmonia com ele próprio nas sociedades em que viva. E fator de uma «cultura viva» na sua (digamos) transmissibilidade.

De cultura se trata — no tempo de que necessita para formar-se e amadurecer, contra acumulações de saber e velocidades de aquisição, «a vapor», e contra «opções inviáveis», entre «homens divididos» senão «esvaziados» (T. E. S. Eliot), assumindo escolhas absurdas de culturas, de mal e de bem. A «cultura do Ocidente» entra aí em cena e com um artigo de 1929 publicado em Princípio, sobre a «Decadência do Ocidente», título assistido de um ponto de interrogação. «Dizem para aí...» — o nome de Spengler não é citado, mas não parece crível que Casais Monteiro ignore a obra bem apregoada pela direita europeia e portuguesa, dada a sua curiosidade juvenil; mas antes prefere citar Emmanuel Berl falando de intelectuais e revolução, já que a decadência diagnosticada diz respeito aos «ocidentais de ontem». Decadência, sim, mas do passado — é a conclusão do jovem autor, num dos primeiros textos do volume, e de sua lavra. E os defensores dessa cultura tornam-se visíveis no texto seguinte, numa longa e algo cómica citação dos princípios, em Salazar, do pensamento político do Estado Novo — que não discute Família, Trabalho, Autoridade, Pátria ou Deus... A citação é de 1956, logo posterior é o artigo publicado no Brasil (O Estado de São Paulo, provavelmente), como o seguinte, em que se discute «a cultura em regime democrático» (ou seja em parte alguma do mundo) para pôr em causa o regime estaliniano, concluindo que o Ocidente (Portugal e Espanha, nos anos 50) e o Oriente da URSS se equivaliam, sem verdadeira oposição... Uma decisão na UNESCO, subordinando o

seu conselho aos países que o constituem, sem independência de juízo, foi «um passo atrás» na defesa das liberdades. Artigo circunstancial publicado no Brasil e citando a revista brasileira Anhembi de Paulo Duarte (o inventor do adjectivo «salazarento»), é bom fazer seguir-lhe outro, de ordem geral, aparecido dez anos antes em Lisboa, na revista Globo, então de tendência neo-realista. Considera-se ali «a cultura em perigo» quando o homem não pode criar livremente. O artigo foi publicado (mas em número de 1 de Outubro de 1947 não existente na Biblioteca Nacional), provavelmente com dois cortes que parecem denunciados na cópia dactilografada (primeiro período do penúltimo parágrafo e último período do texto) — e, se bem que pouco contundentes, percebe-se porquê, nas desconfianças da censura «salazarenta»...

«As relações da literatura com a filosofia» foi publicado no Porto Académico cerca de 1928, como vimos, pelos 20 anos do autor que admira Bergson e o trio Gide-Valéry-Proust, «a mais poderosa organização filosófica do nosso tempo» e (Valéry) «o maior poeta francês contemporâneo», não faltando adjectivos para os outros dois (e para Suarès, então descoberto), neste ensaio incipiente que sobretudo diz visar familiarizar o atrasadíssimo leitor português com a literatura francesa, a caminho da Europa a que importa realmente pertencer. Um elogio da «fecunda diversidade do génio francês» comporta duas partes que são dois artigos aqui ligados, embora possivelmente arredados no tempo, o primeiro datável ideograficamente do imediato após-guerra, o segundo com indicação de título «Cultura francesa», referência a O Estado de São Paulo e ainda, sempre em letra do autor, ao Diário de Lis-

boa de 14 de Julho de 1954, em que foi publicado, dia simbólico da França — já estava o autor no Brasil. «Todos nós devemos à França o que não devemos a mais nenhum país» ou «devemos à França, por uma grande parte, a possibilidade de haver um escol intelectual no nosso país»: é o ponto de vista da geração nascida nos princípios do século, ou seja, no caso, da Presença, e Adolfo Casais Monteiro assume-o quase dramaticamente no seu reflectido entusiasmo. A que se acrescenta, em artigo arrumado a seguir, a recusa da ideia de uma «decadência» da literatura francesa, falando, já certamente em anos 50 adiantados, «do surrealismo ao existencialismo», com as «três direcções fundamentais» marcadas por Breton, Aragon e Sartre.

Dois textos de anos incertos, dentro da quarta (ou quinta?) década, reflectem sobre «Ciência e filosofia» e sobre o passo «Do caos à ciência», com elogio da filosofia que «busca pelos seus próprios caminhos» o que a ciência (presume-se que positivista) não foi ainda «capaz de vislumbrar», e com uma notável síntese dos pontos do nascimento do mundo das ideias e das artes, à ordenação do caos. Para «a perdição», conclui menos inesperadamente que possa parecer o autor, ou seja, o poeta... Perdição do outro lado da «herança helénica», estética, harmónica, canónica, tradicional e ideal, nossa raiz, na «Grécia inteira» de que nos escapa a parte que o autor não diz «nocturna» mas de que evoca o carácter dionisiaco. E pode fechar este primeiro conjunto de textos um artigo que discute afirmações de Cabral de Moncada sobre o sentido não-histórico do Iluminismo setecentista, a propósito de Verney (em obra de 1941 que permite datar o artigo do autor de cerca de 1956, por referência interna), rebatendo, com a autoridade de

ÍNDICE

<i>Na Melancolia do Progresso,</i> <i>por JOSÉ-AUGUSTO FRANÇA</i>	9
--	---

I

Melancolia do progresso	27
O homem mutilado	31
O aventureiro, o militante e o burocrata	37
Sobre o estado natural	41
A crise do «facto»	45
As «condições» e os «factos» como superstição	49
Crise	53
A «lição do passado»	57
Cultura a vapor	61
As opções inviáveis	65
Decadência do Ocidente? [1929]	69
Contra os falsos defensores da cultura ocidental	71
A cultura em regime democrático	75
Mais um passo atrás	79
Quando a cultura está em perigo	83
As relações da literatura com a filosofia [c. 1928]	87
Ciência e filosofia	95
Do caos à ciência	99
A herança helénica	103
O «Século das Luzes» e o espírito histórico	107
A fecunda diversidade do génio francês	111
Do surrealismo ao existencialismo	119

II

Nota prévia a «O intelectual e a vida» [1940]	125
O intelectual e a vida [1930]	127
Felicidade, felicidade... (Sobre algumas ingenuidades dum idealista) [1940]	131
Ser da terra e ser por ela [1947]	137
Intransigência e estreiteza de vistas [1946]	141
A função dos intelectuais	143
A função do escritor [1957]	147
O escritor e a sociedade	151
O escritor «participante»	155
A perigosa viragem	159
Cultura e partido único na Hungria	163
Quem são os «intelectuais»? [1961]	167
Privilégio e miséria dos intelectuais [1961]	173

III

Problemas do ensino	179
A deformação dos espíritos [1930]	183
Onde o método não basta	187
Indivíduo e Estado no ensino	191
Ensino e democracia	195
Porque a mocidade não lê	199
O ensino da literatura — Novas considerações	203
Será possível vulgarizar sem adular?	207
Retalhistas da cultura	211
Diversidade e cultura	215
(A) Universidade e (a) cultura	219
A cultura e o espírito de casta	223
A função universitária	227
Ainda sobre a função universitária	231
Novo Mundo, velha cultura [1957]	235
Por um ensino humanístico [1959]	239
O problema da educação musical [1932]	243
Pensamento e acção de Anísio Teixeira	249